

Capítulo 5

1981 - A RECESSÃO COMEÇA

Parar e acelerar

Ainda que as medidas de política econômica que o governo vem tomando desde novembro de 1980 sejam claramente recessivas, é pouco provável que a economia brasileira caminhe para uma recessão em 1981. A taxa de inflação deverá crescer ou pelo menos permanecer no patamar atual. A taxa de crescimento se desacelerará em relação aos 8,5% de 1980, mas é pouco provável que o ritmo de atividade econômica decresça tanto, a ponto de provocar as altas taxas de desemprego e as falências que definiriam uma recessão.

As medidas que o governo vem tomando filiam-se indiscutivelmente a uma linha ortodoxa, monetarista, de combate à inflação. E se forem levadas adiante com firmeza provocarão necessariamente uma recessão, além de serem paradoxalmente inflacionárias. A elevação brutal das taxas de juros, a aprovação do orçamento monetário com previsão de aumento nos meios de pagamento de apenas 50% quando a taxa de inflação está em 110%, o corte sistemático das despesas do Estado, o aumento dos impostos, são todas medidas que, de acordo com qualquer cartilha sobre política econômica, levam à redução da demanda agregada (ou seja, redução do consumo e do investimento totais) e, portanto, à recessão. Entretanto, elas não nos deverão levar à recessão pelo simples motivo de que o governo não tem nem poder nem convicção suficientes para preservar essas medidas e as abandonará assim que a situação econômica comece a agravar-se.

O ministro do Planejamento encontra-se em uma situação muito difícil. Ele assumiu o governo, em agosto de 1979, prometendo resolver os problemas da inflação e do balanço de pagamentos e ao mesmo tempo manter as taxas de crescimento do País. Muitos imaginaram que reeditaria os êxitos de 1967-1973, mas a situação era muito diversa e um novo choque do petróleo veio agravá-la ainda mais. Por outro lado, a confiança de que resolveria os problemas levou-o a cometer erros sucessivos: a “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização que não foi acompanhada nem por minidesvalorizações corretas (por erro de política) nem pela manutenção de imposto sobre as exportações de certos produtos primários (por falta de poder), a prefixação da correção monetária e a prefixação da desvalorização cambial. Em consequência, o patamar da inflação dobrou, ao mesmo tempo que as distorções da economia se aprofundavam de maneira dramática.

Diante desses desacertos, diante da pressão dos banqueiros internacionais e da ortodoxia de alguns de seus auxiliares, o ministro Delfim Netto deu a guinada para uma política ortodoxa, recessiva, embora continuasse a negar enfaticamente que seu objetivo fosse a recessão.

Há evidentemente um descompasso entre as medidas e o discurso, mas não creio que o ministro esteja mentindo. Pressionado por todos os lados, sua estratégia é de sobrevivência. Como não tem uma estratégia de longo prazo para a economia brasileira nem acredita em reformas estruturais que darão resultados apenas a médio prazo, limita-se a procurar contornar as dificuldades com medidas conjunturais, que poderão e deverão ser revistas a qualquer instante. Ele sabe muito bem que não pode levar a economia à recessão. A pressão da sociedade civil nesse sentido tem sido absolutamente inequívoca: empresários, intelectuais, classe média tecnoburocrática e trabalhadores têm sido muito claros a respeito. A recessão é um jogo de soma menor que zero em que todos perderão. Não resolverá nem a curto nem a médio prazo os problemas de balanço de pagamentos e muito menos de inflação.

Dentro desse quadro caminhamos mais uma vez para uma política de stop and go, de parar e acelerar, ou seja, provoca-se a recessão e em seguida, para evitá-la, provoca-se a aceleração. Esta política decorre necessariamente das práticas monetaristas ou mais genericamente ortodoxas de combate à inflação. Os monetaristas repelem teoricamente com violência essa estratégia

ou prática de parar e acelerar e a atribuem aos keynesianos. Preferiam uma recessão profunda que restabelecesse o equilíbrio e em seguida a neutralização da moeda, que passaria a crescer à mesma taxa do PIB. Entretanto, como essa política é absolutamente inviável, a consequência de qualquer política ortodoxa, seja ela praticada por monetaristas ou keynesianos, é o “parar e acelerar”. Isto ficou muito claro no Brasil entre 1974 e 1975, quando não se aplicou uma política administrativa de combate à inflação mas também não se levou às últimas consequências uma política ortodoxa. Vai-se repetir agora, com consequências desastrosas para o crescimento econômico (que será reduzido) e para a inflação (que aumentará).

Nestes termos, o Brasil só entrará em efetiva recessão se for levado à falência pelos banqueiros internacionais. Neste caso a suspensão do crédito externo os obrigará a uma drástica redução de importações essenciais ao funcionamento da economia. Apesar de todas as ameaças dos banqueiros, entretanto, e do imenso desequilíbrio de nossas contas externas, não é provável que o País vá à bancarrota em 1981. Os banqueiros internacionais e o Brasil participam de um jogo de poder. Os banqueiros ameaçam cortar nosso crédito: nossa ameaça implícita é de suspender os pagamentos, com perdas para todos. A unidade do País contra a recessão, agora inclusive prevista em um pacto anti-recessão a ser estabelecido entre empresários e trabalhadores, é importante nesse jogo. Fortalece a posição do Brasil, enfraquecida por um governo sem legitimidade política e consequentemente sem firmeza em sua política econômica. Poderá fortalecer o próprio governo, se este aproveitar esta posição firme da sociedade civil para negociar com os banqueiros internacionais, que jogam na recessão por não conseguirem ver outra alternativa de política econômica para o Brasil. Esta alternativa, entretanto, existe. Já que o governo está perdido, imobilizado, que sua política se tornou endógena, fruto de pressões e contra-pressões, e está ao sabor do parar e acelerar, resta à própria sociedade civil brasileira mostrar os caminhos a seguir e negociar com nossos credores. Os manifestos e documentos das mais variadas origens publicados recentemente na imprensa têm esse sentido. (11/01)

A procura impossível

Com o título “À procura dos juros de mercado”, o jornal especializado em economia e finanças mais respeitado deste país

procurou recentemente relatar a resposta dos bancos do Rio de Janeiro à liberação da taxa de juros pelo Conselho Monetário Nacional. Diante da liberação, nossos banqueiros estavam em busca da taxa de juros do mercado, a taxa determinada a partir da livre concorrência, provavelmente usando lunetas, binóculos ou talvez telescópios. Quem sabe um dia a encontrarão. Nesse dia poder-se-á estabelecer no País o capitalismo competitivo, sem Estado, o capitalismo da livre iniciativa, que serve de pressuposto às políticas econômicas dos economistas ortodoxos.

Mas enquanto não a encontram o episódio é uma ilustração extraordinária do caráter monopolista da nossa economia, além de sublinhar o primado do capital sobre o Estado na sociedade brasileira.

O governo havia tabelado a taxa de juros. Não foi obedecido por duas razões: porque o tabelamento não foi estabelecido em bases realistas e porque falta autoridade ao atual governo. A recente liberação constituiu-se assim em mera formalidade, que facultou aos bancos abandonar os estratagemas que lhes permitiam até então contornar o tabelamento.

Mas o que fizeram os nossos banqueiros do Rio de Janeiro, quando ocorreu a liberação formal? Passaram a estabelecer taxas de forma competitiva? De forma alguma. Com a maior das naturalidades reuniram-se e, segundo nos informou a *Gazeta Mercantil*, “decidiram adotar taxas de juros de 4% ao mês para duplicatas, 4,5% para desconto de notas promissórias e 5% para pessoas físicas”.

É claro que se reuniram na melhor das boas intenções, como já o fizeram muitas vezes anteriormente. “Para impedir que as taxas de juros subissem mais ainda”, provavelmente diriam eles. Mas o fato simples e claro é que isto é uma violência aos princípios da concorrência. Segundo os manuais de economia, o acordo de preços ou de taxas de juros (que é simplesmente o preço do dinheiro) entre empresas é a prática monopolista por excelência. Tem inclusive um nome: cartel. E, de acordo com as leis antitruste, nos Estados Unidos com certa efetividade e no Brasil apenas para constar, constitui-se em crime.

Mas fiquem tranqüilos os leitores que não estamos querendo a prisão de nossos prezados banqueiros. Se fôssemos fazê-lo, provavelmente teríamos de fazer o mesmo com todos os demais grandes empresários brasileiros. Eles estão apenas se ajustando a uma realidade. Desde que atuem em um mercado oligopolístico, em que apenas algumas grandes empresas domi-

nam a produção, a tendência para a formação de cartéis é inescapável. A concorrência fica relegada para o progresso técnico, para o desenho dos produtos, para a qualidade dos serviços, para marcas e propaganda. Concorrer em preços, nunca. E “guerra de preços” é pecado mortal.

Mas, se é assim o nosso capitalismo, se é um capitalismo definitivamente monopolista, como é possível combater a inflação à base da “livre concorrência”, como propõem os nossos infáveis economistas ortodoxos, no momento em maioria no governo? Como é possível controlar preços e reduzir margens de lucro provocando apenas uma “pequena recessão” e depois contando com o funcionamento das leis do mercado para tudo resolver? São mistérios que não sei resolver. São mistérios tão insolúveis quanto descobrir o preço de mercado quando o mercado foi abolido. (27/01)

Política econômica alternativa

Recessão significa crise econômica, desemprego, falências. É um jogo em que todos perdem. Por isso, os empresários estão inclusive propondo um pacto social contra a recessão. Em uma economia estática, quando aumentam os lucros diminuem os salários, e vice-versa. Mas em uma economia em crise, em recessão, diminuem os salários e os lucros ao mesmo tempo. Por isso, é possível pensar em um pacto.

A recessão só interessa aos banqueiros internacionais e talvez a alguns banqueiros nacionais de visão curta, que acreditam, apoiados pelos chamados economistas ortodoxos ou monetaristas, que a recessão é a única forma de equilibrar as contas do Brasil com o exterior e controlar a inflação.

Na verdade existem outras formas de resolver esses problemas. A recessão é um remédio bárbaro, primitivo. Lembra a sangria que os médicos do passado aplicavam nos pacientes. Talvez pudesse curar a febre ou a congestão, mas o mais provável é que só enfraquecesse o paciente.

É preciso reconhecer, porém, que, diante do desequilíbrio da balança comercial (importações menores que as exportações) e da inflação, a recessão é uma sangria que, à primeira vista, faz algum sentido, apesar dos males que causa. Ao provocar o desemprego e as falências, diminui a procura por bens internos e importados, sobrando mais bens para exportar. Além disso, ao reduzir-se a procura por bens, os preços deveriam cair, com os capitalistas reduzindo suas margens de lucro (percentagem de

lucro sobre o custo) e sua taxa de lucro (percentagem do lucro sobre o capital).

Na verdade só uma recessão violentíssima teria esses efeitos em uma economia tão monopolizada como a nossa. Por isso, é muito mais lógico adotar-se, em lugar de uma política monetarista, que leva à recessão, uma política administrativa de combate à inflação e ao equilíbrio da balança comercial.

Entretanto uma política administrativa não é capaz de fazer mágicas, nem é fácil de ser aplicada. Ela também precisa reduzir a procura por bens. Ela também deve provocar a diminuição das margens e taxas de lucro. Ela talvez seja obrigada a impedir, por algum tempo, que os salários aumentem mais que a inflação se esta possibilidade existir em algum setor em que os trabalhadores estejam mais bem organizados.

A diferença principal de uma política econômica administrativa em relação a uma política monetarista está no fato de que ela pretende reduzir a procura escolhendo quem vai pagar a conta do combate à inflação e ao desequilíbrio externo. Não é uma política que prejudica indiscriminadamente todos, que não escolhe quem vai ser atingido, e acaba prejudicando os mais fracos: os trabalhadores. Uma política econômica eficiente e justa atinge os capitalistas mais que os trabalhadores, entre os capitalistas atinge mais os rentistas do que os empresários, entre os trabalhadores atinge mais os mais bem pagos (os gerentes ou tecnoburocratas) do que os menos bem pagos.

Mas é preciso ficar claro que é necessário atingir alguém. Que não há uma fórmula milagrosa que beneficie a todos quando existem um desequilíbrio externo e uma dívida tão grande quanto a brasileira.

Ora, se isto é verdade, é preciso também ser realista. Se alguns têm de ser mais prejudicados do que outros, é impensável para os trabalhadores participar de um pacto com os capitalistas que preveja o prejuízo dos trabalhadores. Ou melhor, esse pacto, caso seja firmado, deverá ser muito limitado: deverá reduzir-se a uma mobilização contra a recessão e, eventualmente, a uma limitação nos aumentos devido à produtividade. Porque ao mesmo tempo será necessário decidir quem deverá ser mais atingido pelas medidas alternativas da política econômico-administrativa. E nesse momento é claro que os trabalhadores, cujos salários foram tão prejudicados desde 1964, não poderão ceder nada. O problema deverá ser decidido entre

os capitalistas para que o prejuízo não acabe sendo geral. (*O São Paulo*, 06 a 12/02)

Trágica advertência

O trágico exemplo da Argentina em matéria de política econômica é uma advertência para a sociedade civil brasileira, especialmente neste momento, em que os banqueiros internacionais, através do FMI, pressionam o Brasil de todas as formas para adotar uma política econômica ortodoxa e o governo brasileiro, desde novembro último, passou a adotar uma política dessa natureza.

A Argentina, depois do último golpe de estado, que derrubou o governo corrupto de Isabelita Perón, não só mergulhou em uma fase de negra ditadura, mas também foi levada por uma equipe de economistas formados na Universidade de Chicago, sob a direção do sr. Martínez de Hoz, a adotar uma política econômica absolutamente ortodoxa.

Os resultados foram catastróficos. A economia entrou em estagnação. A indústria, considerada artificial, foi sendo deliberadamente destruída. Os salários dos trabalhadores foram drasticamente rebaixados. E assim mesmo o problema da inflação não foi resolvido. Cresceu explosivamente no início do período e depois passou a declinar, mas mantendo-se em níveis ainda muito elevados.

Esta política econômica suicida de elevação da taxa de juros, de violenta restrição monetária, de manutenção do peso valorizado foi apoiada inicialmente pelo capital bancário argentino, pelas empresas multinacionais, pela burguesia pampiana e naturalmente pelo sistema financeiro internacional. Tinha a seu favor preços favoráveis no mercado internacional para dois produtos de exportação fundamentais da Argentina – trigo e carne. E, para facilitar ainda mais o processo, a Argentina é auto-suficiente em petróleo.

Não obstante todos esses ativos e o apoio da burguesia pampiana e financeira argentina, além da bênção imperialista, a Argentina encontra-se hoje em plena crise. A burguesia pampiana já não suporta mais a forte valorização do peso, que funciona como um imposto sobre suas exportações. A burguesia financeira entrou recentemente em sucessivas bancarrotas, o que é perfeitamente natural. Depois de apoiar uma política econômica recessionista, ortodoxa, que sugou o sangue do capital pro-

duto, não restou outra alternativa para o capital bancário se não naufragar também. Afinal o capital bancário vive do capital produtivo.

A última notícia que nos envia da Argentina o excelente correspondente desta *Folha*, Clovis Rossi, é a de que os empresários industriais argentinos, desesperados, programaram para o próximo dia 26 o Dia Nacional de Reivindicação pela Mudança, com marchas de protesto, fechamento das empresas, desligamento de vitrinas. Eles querem obviamente a mudança na política econômica que, ao mesmo tempo que provoca uma aparência de prosperidade traduzida em milhares e milhares de turistas comprando no Brasil, na verdade leva empresas à falência e provoca desemprego em níveis insuportáveis.

Para o Brasil, onde os primeiros sinais de recessão já se fazem sentir em função de uma política econômica ortodoxa, afinada com os objetivos do sistema financeiro internacional e que elevou os juros internos reais para cerca de 25%, esta experiência argentina é um aviso que a sociedade civil brasileira, hoje mais bem estruturada que a argentina, saberá entender. Será ela, através de seus empresários, de seus trabalhadores, de seus jornalistas e economistas, que acabará fazendo nosso governo desistir dessa triste camisa-de-força ortodoxa em que se vem cegamente enfiando desde o final de 1980. (24/02)

A caminho da recessão

Fala-se muito na dependência do Brasil em relação às empresas multinacionais. E de fato essa dependência existe, especialmente na medida em que elas detêm um monopólio tecnológico, que evitam transferir para os países subdesenvolvidos de todas as formas possíveis. Mas, em compensação, as empresas multinacionais industriais têm fábricas instaladas no Brasil. Se a economia brasileira tiver um mau desempenho, elas também sofrerão. E não poderão colocar suas fábricas nas costas e transportá-las para seus países de origem. O capital das multinacionais industriais pode provocar, e de fato provoca, distorções na economia brasileira, mas nela está integrado.

Muito diferente é o caso do capital bancário internacional. Para o Brasil o imperialismo mais perigoso provém daí. Empréstaram-nos dinheiro à larga, em troca de juros polpudos, e agora querem impor suas condições para continuar a nos emprestar. Advogam uma política econômica ortodoxa, recessiva, e é preciso admitir que ganharam o primeiro "round".

O governo brasileiro acovardou-se, cedeu às pressões do capital bancário internacional, e o resultado é que caminhamos a passos largos no sentido da recessão. Não é apenas na indústria automobilística que o desemprego aumenta. Nesse setor e no de eletrodomésticos a situação talvez seja a mais grave. A elevação violenta das taxas de juros teve um efeito direto sobre as vendas a prazo. Mas há indicações de que o fenômeno é mais generalizado.

Esta situação deriva diretamente da guinada em direção a uma política econômica ortodoxa dada pelo governo em novembro último. A elevação das taxas de juros para níveis inacreditáveis, acompanhada e agravada pelas limitações quantitativas ao crédito, refletiu-se na queda do consumo e dos investimentos e, como era de esperar, no aumento da inflação, apesar de a teoria monetarista afirmar o contrário.

Desde o segundo semestre de 1980 os bancos internacionais, preocupados com a segurança dos seus empréstimos e desinteressados do desenvolvimento do Brasil, pressionavam por uma política econômica recessionista. E pressionavam também por um "spread" maior, ou seja, queriam uma diferença maior entre a taxa de juros internacional e aquela que o Brasil paga. Conseguiram as duas coisas e agora as notícias que nos chegam são de que não existe problema em financiar o déficit do nosso balanço de pagamentos neste ano. Os banqueiros internacionais, sem saberem o que fazer com tanto petrodólar, estão emprestando-nos sem dificuldades. Pararam de ameaçar.

O preço, entretanto, foi alto. Não apenas pagamos taxas de juros maiores, mas, mais uma vez, o governo hipotecou nossa soberania. Foi medroso, cedeu às ameaças dos banqueiros internacionais. Quem pagará são os desempregados e as empresas falidas ou em dificuldades. Até que abandonemos essa política econômica desastrosa. (10/03)

Pacto social ameaçado

A elevação decisiva das taxas de inflação e a configuração clara de uma recessão econômica nos dois primeiros meses de 1981 constituem uma grave ameaça para o pacto social que vem servindo de base para o processo de abertura política iniciado no Brasil em 1977. A redemocratização do País, apesar de alguns tropeços lamentáveis, vem ocorrendo desde que a sociedade civil brasileira como um todo se ergueu contra o último grande golpe autoritário aplicado pelo regime militar: o pacote

de abril de 1977, que criou os senadores biônicos e modificou a composição da Câmara dos Deputados. Agora, uma política econômica monetarista, posta em prática a partir de novembro de 1980, além de implicar conseqüências econômicas desastrosas, coloca em risco o próprio pacto social em formação nos últimos quatro anos, na medida em que todo o esforço de nossas perplexas e confusas autoridades econômicas se dirige agora contra um dos pilares desse pacto: a lei salarial de 1979, que estabeleceu os reajustes semestrais e garantiu 10% de aumento real, deflacionado, aos primeiros três salários mínimos de qualquer nível salarial.

A política ortodoxa de estabilização que está aí foi fruto da rendição (tática?) do ministro do Planejamento à chantagem do capital bancário internacional (que nos ameaçava com a bancarrota) e da falta de apoio da maioria de seus assessores e companheiros de ministério, cuja formação é monetarista. Deveu-se também ao fracasso da política econômica administrativa que o sr. Delfim Netto tentou aplicar a partir de agosto de 1979 e à pressão realizada contra essa política pelos rentistas e pelo capital bancário local, desejosos de liberar o mercado financeiro e elevar as taxas de juros.

A política econômica inicial era correta em suas linhas gerais, na medida em que se propunha a estimular o crescimento econômico e a reduzir a inflação, obrigando as empresas, através de estrito controle de preços, a reduzir suas margens de lucro (lucro sobre o custo). Como sua produção e suas vendas aumentariam, a taxa de lucro (lucro sobre o capital), que é o fundamental para os empresários, não se reduziria. Essa política fracassou porque foram cometidos alguns erros graves, já suficientemente analisados, os quais, entretanto, certamente poderiam ter sido corrigidos. Uma política econômica administrativa – a única compatível com o capitalismo monopolista de estado existente no Brasil – é necessariamente um processo de tentativa e erro, de aproximações sucessivas. Em vez de corrigirem os erros, entretanto, o governo foi pressionando e acabou rendendo-se ao monetarismo atual.

Essa política monetarista não resolverá o problema da inflação brasileira, a não ser que venha a transformar a recessão já em curso em uma profunda depressão. Por enquanto, o que se conseguiu foi a elevação da inflação para um novo patamar (120% ou, o que é mais dramático, 50% mais do que nos dois primeiros meses de 1980) e o desencadeamento da recessão.

Pela primeira vez, desde 1965, que foi a primeira recessão do Brasil industrial, as taxas de crescimento de emprego, ao invés serem positivas, tornaram-se negativas. Entre novembro e fevereiro últimos o número de desempregados aumentou em 2,9% em São Paulo. Em todo o País as taxas de desemprego alcançam níveis elevadíssimos. Se o assunto não fosse muito grave, dadas as suas danosas implicações sociais, poder-se-ia dizer que batemos todos os recordes de inflação e desemprego da história deste país.

Se uma recessão é inviável social e politicamente, uma depressão o é ainda muito mais. Não é difícil, portanto, prever que o problema da inflação não será resolvido por essa via e que hoje o governo será obrigado, diante de pressões legítimas, a abandonar essa política recessiva. Inclusive porque os banqueiros internacionais, já tendo conseguido um *spread* (diferença entre a taxa de juros que cobram dos países considerados seguros em relação à do Brasil) igualmente recorde e sem saber o que fazer com seus petrodólares, se dispõem a continuar a nos financiar.

Mas, enquanto a política econômica não é alterada, o pacto social de 1977, informalmente estabelecido pela sociedade civil, está sob ameaça. Existem alguns intérpretes apressados que pensam que a abertura foi fruto de uma estratégia política do governo. Esta é uma confusão entre causa e consequência. O processo de abertura é uma demanda irrecusável da sociedade civil; a estratégia de abertura do governo é uma tentativa de manter sob seu controle e limitar esse processo. Da mesma forma, outros analistas superficiais imaginam que com a abertura se acirrou a luta de classes, expressa nas lutas sindicais, quando foi o inverso o que ocorreu. O processo de abertura política vem-se realizando através de uma clara tentativa de aproximação entre o capital industrial e os trabalhadores naquilo que é essencial. Que os trabalhadores, diante do espaço aberto, tenham ampliado suas reivindicações já estava previsto pela burguesia. Faz parte do jogo político-social normal nas sociedades capitalistas democráticas.

O pacto social de 1977 é um pacto muito informal. Jamais foi escrito, muito menos assinado e rubricado pelas partes, inclusive porque é muito difícil dizer quem representa as partes contratantes. Mas esse pacto social existe, tem partes definidas e é constituído por algumas proposições muito simples a que se chegou depois de muitos anos de autoritarismo, de injustiça social e de protesto.

Participam desse pacto amplos setores da burguesia, a maior parte da classe média empregada (tecnoburocracia) e os trabalhadores. Estão excluídos não apenas os radicais de direita e de esquerda mas também os setores autoritários da tecnoburocracia estatal e da burguesia que apóiam ou participam do governo.

O consenso estabelecido está na necessidade de redemocratizar o País e de distribuir de forma mais justa a renda nos quadros de um sistema capitalista moderno. Os trabalhadores concordam em postergar suas aspirações socialistas em troca de conquistas sociais graduais, mas efetivas, e da democracia. Esta interessa não apenas aos trabalhadores mas também à classe média empregada e à burguesia. Por mais que os radicais de direita e de esquerda procurem transformar dirigentes sindicais como Lula em perigosos revolucionários, os fatos e as declarações desmentem essa hipótese. Lula está mais próximo da social-democracia do que de qualquer outra coisa. E só há social-democracia, que implica ainda dominação burguesa, quando há sindicatos fortes e reivindicativos e partidos efetivamente populares.

Nesse pacto social democrático o papel dominante cabe portanto à burguesia, que, assim, busca sacudir a tutela da alta tecnoburocracia estatal. A classe média tecnoburocrática mantém sua posição assessora e crítica. Para os trabalhadores, embora continuando explorados por um regime extremamente desigual, abrem-se perspectivas de progresso.

No pacto social a lei de salários de 1979 constitui um marco importante. Foi uma vitória dos trabalhadores, ainda que não fosse fruto de suas reivindicações diretas. Foi um passo decisivo da burguesia para garantir sua dominação em termos estáveis.

Agora, depois de as autoridades econômicas se haverem entregado a uma política monetarista suicida, elas abrem suas baterias contra a lei de salários. De fato, essa lei é incompatível com uma economia que se deseja recessiva. Não apenas porque ela sustenta um pouco ainda a demanda agregada (especialmente o consumo popular), dificultando o pleno desencadeamento da crise, mas também porque os prejuízos da recessão se concentram nas empresas, nos trabalhadores autônomos e nos desempregados. Só os trabalhadores que escapam à rotatividade e conservam seus empregos são beneficiados. Além disso, a classe média que recebe mais de vinte salários mínimos será es-

pecialmente mais prejudicada, porque dificilmente receberá reajustamentos superiores ao mínimo legal em uma retração econômica. Produzem-se, assim, desequilíbrios distributivos dificilmente sustentáveis.

Entretanto, como essas autoridades econômicas não têm poder para sozinhas mudar a lei salarial, apelam para a burguesia. Solicitam o apoio dos empresários. Mas está claro que através dessa manobra o que acaba ficando ameaçado é o pacto social de 1977 e, portanto, o próprio processo de abertura política. Resta agora saber se a burguesia produtiva, pressionada pela recessão, ouvirá esse canto de sereia ou se se unirá contra as altas taxas de juros e a recessão.

De qualquer forma, as implicações autoritárias da política econômica em curso estão claras. Talvez apenas seus formuladores não as percebam. Para os desatentos, porém, é sempre bom lembrar os casos da Argentina e do Chile. A política econômica atual não é apenas ineficiente e incongruente com a lei de salários, mas em sua essência é incompatível com o próprio pacto social democrático. Ora, é muito mais lógico abandonar essa política do que pôr em risco a liberdade que tão arduamente esta nação vem conquistando ou reconquistando nestes últimos anos. (26/03)

Monetarismo, até quando

A política econômica monetarista em curso, que já nos fez mergulhar em plena recessão, será mantida enquanto os empresários se dispuserem a suportá-la na crença de que afinal estarão sendo beneficiados. Estes benefícios poderiam traduzir-se em uma eventual queda na taxa de inflação, no reequilíbrio de nossa balança comercial com o exterior e na contenção das reivindicações salariais dos trabalhadores.

Sobre este último problema, ouvi de um economista monetarista a seguinte frase: “Uma grande vantagem da atual política econômica é ter obrigado os trabalhadores a aceitar um acordo ao invés de fazerem greve”. Esta frase tem uma base na realidade. De fato, conforme declarou Lula, o “acordo foi ruim para os trabalhadores”, e só foi aceito porque não havia outra alternativa, dado o desemprego crescente.

O importante é saber, agora, se as empresas brasileiras já necessitam de uma recessão para lutar contra as reivindicações salariais. Nos países capitalistas centrais este fato é notório. E é a razão básica pela qual os partidos conservadores tendem a ter

apoio da burguesia em suas políticas monetaristas ortodoxas. A recessão serve não apenas para combater a inflação mas também, e principalmente, para arrochar os salários. Os sindicatos nesses países são extremamente poderosos. Quando, no auge do ciclo econômico, se esgota o exército industrial de reserva formado pelos desempregados, é necessário para a classe dominante restabelecer essa reserva. Caso contrário, os salários tenderão a crescer mais rapidamente que a produtividade, provocando o declínio da taxa de lucro. Para as empresas trata-se, então, de escolher entre ver seus lucros reduzirem-se, porque aumentarão os salários (e as pressões inflacionárias), ou ver sua taxa de lucro cair conjuntamente com os salários e as pressões inflacionárias. É claro que preferem a segunda alternativa.

Se isto também já for verdade para o Brasil, poderemos esperar um apoio mais prolongado da burguesia às medidas recessivas, o desemprego continuará aumentando e só quando as falências e concordatas começarem a se manifestar com intensidade é que a burguesia dará o basta, obrigando o governo a mudar a política. Recessão será instrumento de luta de classes.

Há, entretanto, poucas indicações de que tenhamos chegado a esse estágio no Brasil. Dados a oferta ilimitada de força de trabalho no campo e na periferia das cidades e o baixo nível de organização dos sindicatos (tutelados pelo Estado), as empresas geralmente não precisam de recessão para conter os salários. Já existe um exército industrial de reservas "natural" no Brasil devido à incapacidade de as atividades especificamente capitalistas absorverem toda a força de trabalho disponível. Por isso os empresários não apóiam políticas monetaristas como a atual.

É certo que no momento existe uma lei salarial no Brasil que beneficia os trabalhadores. Contra essa lei erguem-se hoje não apenas alguns setores da burguesia (contrários ao aumento de 10% real até três salários mínimos) mas também da classe média tecnoburocrática que recebe ordenados superiores a vinte salários mínimos. Diante disso os economistas ortodoxos do governo procuram obter o apoio da burguesia contra a lei de salários, ao mesmo tempo que demonstram a incompatibilidade dessa lei com a recessão (que eles próprios criaram). A recessão beneficiaria assim a burguesia, ajudando-a a modificar a lei de salários.

É bom lembrar, entretanto, dois fatos: de um lado, a lei salarial recebeu amplo apoio da burguesia, porque era uma base da paz social; de outro, é certo que uma recessão desemprega

trabalhadores, mas também desemprega técnicos e administradores, reduz os lucros e, afinal, leva empresas à falência. Na verdade, a recessão, em uma economia como a brasileira, é um jogo de soma menor que zero, em que todos perdem. Com efeito, é pouco provável que a recessão possa ser considerada hoje uma estratégia da burguesia contra as reivindicações dos trabalhadores ou contra a lei salarial. Apenas no ABC os sindicatos alcançaram um nível de organização que talvez autorize uma interpretação dessa natureza. Mas mesmo aí, onde a recessão, aliás, está sendo mais grave devido à necessária (embora no momento já fora de controle, excedendo o previsto) crise da indústria automobilística, é definitivamente duvidoso que a recessão possa interessar às empresas.

Um sinal de que a recessão realmente não é desejada pelos empresários está no fato de que as autoridades econômicas que levaram a economia a taxas recordes de desemprego e desaceleração industrial insistem em minimizar o fato. Dedicam-se a exercícios semânticos infundáveis. Falam em “desaquecimento”, “problemas setoriais”, querendo dessa forma enganar a todos, inclusive a burguesia (e quem sabe a si mesmos), quando o quadro recessivo é claro. Não estamos em uma depressão, em uma crise geral com taxas negativas de crescimento e taxas altíssimas de desemprego (aliás, o Brasil industrial nunca esteve nessa situação). Mas estamos já vivendo a segunda recessão da história do Brasil industrial, com taxas de desemprego e de redução do crescimento industrial que não se verificavam no Brasil desde 1965.

A burguesia, entretanto, ainda não deu o basta a esta política econômica monetarista por três motivos. Em primeiro lugar, porque é dividida. A recessão pode não interessar à burguesia em geral, mas interessa, pelo menos em uma primeira fase, à burguesia financeira. O capital bancário no Brasil tem origem mercantil e mentalidade mercantil. Está interessado nos lucros fáceis da especulação e de altas taxas de juros. Não importa que esta seja uma visão de curto prazo. E que a médio prazo, depois de levar as empresas industriais à falência, os bancos lhes venham a seguir os passos, como aconteceu na Argentina.

Em segundo lugar, porque, como os economistas monetaristas locais, a burguesia está submetida à ideologia econômica dos países centrais. E esta ideologia economicamente liberal, que acredita que todos os problemas econômicos serão afinal resolvidos pelos mecanismos de mercado, tem profundas raízes no

capitalismo. Dessa forma, a burguesia brasileira está submetida a uma dupla subordinação ideológica: à subordinação à ideologia capitalista em geral e à ideologia da cultura dominante existente nos países centrais. Os empresários mais lúcidos sabem que essa ideologia monetarista é inaplicável ao Brasil. Que ela não interessa a ninguém: nem aos empresários nem aos trabalhadores. Que ela não resolverá os problemas do balanço de pagamentos e muito menos os da inflação. Mas mesmo esses empresários mais lúcidos, sob a pressão da ideologia dominante, ficam às vezes paralisados.

Esta perplexidade da burguesia aumenta por uma terceira razão: a alternativa a uma política econômica monetarista é uma política econômica administrativa. Ora, uma política econômica desse tipo implica uma decidida intervenção do Estado na economia, inclusive controlando preços. E obviamente essa não é uma tese popular entre os empresários, apesar da sua absoluta inevitabilidade nas economias mistas capitalistas contemporâneas, caracterizadas pelo capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Além dessas três razões de ordem estrutural, há outras duas razões, mais conjunturais, que vêm atrasando o basta dos empresários à atual política econômica. Em primeiro lugar, eles estão bem lembrados que a tentativa de uma política administrativa realizada pelo sr. Delfim Netto a partir de agosto de 1979 falhou. Provocou distorções profundas na economia e acelerou a inflação. Têm medo de que novos erros, como a “inflação corretiva” de 1979, a maxidesvalorização de dezembro de 1979 e as prefixações da correção monetária e da correção cambial, se repitam.

Em segundo lugar, embora já em plena recessão, com um nível de desemprego e de queda de atividade econômica muito claro e de uma intensidade que não acontecia no Brasil desde 1965, as falências das empresas ainda não começaram a ocorrer. Isto permite ao governo, enquanto trabalha intensamente pela recessão, afirmar todos dias através dos jornais que não há recessão, mas “desaquecimento”. Que os problemas de desemprego são setoriais.

Há claras indicações, entretanto, de que os empresários começam a acordar. Começam a descobrir que estão sendo enganados. E a exigir uma modificação urgente na política econômica. Eles sabem que uma recessão é como uma bola de neve. Seus efeitos negativos multiplicam-se rapidamente.

Por outro lado, a principal razão que levou a esta política foi a pressão dos banqueiros internacionais. Essa pressão acabou e o sistema financeiro está ansioso por nos emprestar, seja porque as taxas de juros que pagamos são muito convidativas, seja porque sobram petrodólares para serem reciclados.

A política econômica ortodoxa perdeu, portanto, sua única razão de ser. Tudo indica, portanto, que logo será abandonada por pressão dos empresários. O restabelecimento do subsídio às exportações de manufaturados foi um primeiro movimento claro nesse sentido. Outros virão.

O grave, entretanto, é que isto não significa que o governo vá formular uma política econômica alternativa, de caráter administrativo, coerente. Há um ano dizíamos que, em face da crise econômica e da falta de legitimidade política do governo, este estava paralisado. Sua política econômica tornara-se endógena. Fruto das pressões e contrapressões internas e externas. Esta política econômica suicida será, portanto, abandonada, mas isto não significa que uma alternativa válida será encontrada, embora ela exista. Seja pela gravidade dos desequilíbrios estruturais da economia brasileira, seja pelas dificuldades econômicas que o mundo enfrenta, seja pelas contradições e falta de legitimidade do governo brasileiro, continuaremos em crise. Mas, abandonando essa política monetarista, estaremos fluando na crise em vez de nela nos afundarmos, como acontece no presente momento. (26/04).

Rumo à depressão

O pior da crise econômica ainda não passou. As taxas de desemprego continuam a crescer, as vendas das empresas continuam a cair, a produção industrial, pela primeira vez nos últimos catorze anos, foi inferior no primeiro trimestre de 1981, quando comparada com o mesmo período de 1980. Os dados que o IBGE acaba de publicar sobre março são alarmantes: a produção da indústria de transformação caiu 4,26% em relação a março do ano anterior. Estamos claramente em meio a uma recessão e não a um “desaquecimento”, como, eufemisticamente, insistem em afirmar os economistas oficiais. Desaquecimento era uma expressão que Mário Henrique Simonsen, que não costuma usar de meias-verdades, empregava adequadamente para caracterizar alguns momentos de redução da atividade econômica ocorridos durante sua administração, quando,

de fato, não tivemos recessão, não tivemos os níveis de desemprego e de queda da produção que estamos tendo agora.

É certo também que não estamos ainda em uma depressão. As empresas, que obtiveram bons lucros e pouco investiram nos anos anteriores, especialmente em 1980, acumularam estoques e reservas financeiras. Este fato mais a lei salarial, que ajuda a sustentar a demanda agregada, são as duas causas principais de não termos caído ainda em uma depressão, com falências se multiplicando por toda parte. Mas a continuar a atual política econômica monetarista, ditada pelos banqueiros internacionais, de liberação de preços, de elevação da taxa de juros, de violento controle monetário (a moeda expandiu-se cerca de 60% no último ano diante de uma inflação de 120%), de aumento de impostos e de redução dos investimentos estatais – a continuar essa política, a recessão estará em breve transformada em depressão.

Nesse sentido, o professor Affonso Celso Pastore, possivelmente o mais competente e coerente economista neoclássico da equipe do atual ministro do Planejamento, nos dá uma notícia alvissareira em sua entrevista a esta “Folha” (7 de junho). Afirmou ele: “Estou convencido de que nós já estamos passando a fase crítica. Nós já chegamos ao ponto máximo de aperto e já se pode vislumbrar, num futuro não muito remoto, o momento no qual a situação é superada”. Mas o economista quer um prazo de ainda “uns dois ou três meses” para que afinal a política monetarista surta seus efeitos e possa ser afrouxada.

Desconfio que o prazo seja pequeno para que a inflação realmente comece a cair. Desde que a atual política monetarista foi implantada, a taxa de inflação cresceu nos dois primeiros meses do ano e, depois, voltou a estabilizar-se no nível anterior. Não demonstrou, em seguida, nenhum sinal de reduzir-se. Aliás, há quase dois anos que os economistas no governo vêm pedindo “mais um prazinho” para que sua política afinal surta efeito. E, por enquanto, o efeito foi sempre o contrário do desejado.

Ou melhor, alguma coisa foi recentemente conseguida: a desejada recessão foi desencadeada e, como era previsto, teve um efeito positivo, embora menor; houve uma pequena redução das nossas importações, devida, em parte, à recessão, e mais aos controles seletivos à importação.

A entrevista de Pastore, entretanto, deixa claro que este é um último prazo. Que as resistências do governo estão diminuindo, diante da ameaça de a recessão transformar-se em de-

pressão e que logo teremos mudanças na política econômica. Esta é uma boa notícia, embora revele, mais uma vez, que na verdade não temos uma política econômica: navegamos ao sabor dos ventos, das pressões. Ora são os banqueiros internacionais que ganham, como acontece atualmente, ora são os empresários industriais e comerciais.

O mais triste, porém, é o saldo que ficará dessa política: o desemprego e a redução da produção industrial, enquanto a taxa de inflação continua no mesmo nível e a melhora de nossas contas externas foi insignificante. (09/06).

Renegociar a dívida

As reiteradas e inevitáveis visitas de nossas autoridades econômicas aos centros financeiros internacionais servem para nos fazer lembrar que a restrição básica que sofre a política econômica brasileira, que está nos levando a uma das mais graves crises de desemprego da história deste país, é a dívida externa e não a inflação. E o profundo desequilíbrio de nossas contas externas levou-nos a aceitar as pressões dos banqueiros internacionais e a adotar, especialmente a partir de novembro de 1980, significativamente quando o ministro do Planejamento desembarcava de uma viagem a Nova York, uma política econômica ortodoxa, monetarista, que, além de provocar desemprego em massa, certamente implicará um grave retardamento do desenvolvimento econômico nacional.

Naquele momento, o governo brasileiro, que no plano da política externa vem tão cuidadosamente preservando e aumentando mesmo a nossa independência política através da ação do Itamaraty, no plano econômico hipotecava nossa soberania ao capital bancário internacional.

É certo que fomos irresponsáveis. Nosso endividamento alcançou graus tão elevados porque aumentaram os preços do petróleo, mas também porque utilizamos os recursos externos não apenas para investir mas também para consumir. Entre 1967 e 1973 cometemos esse erro, quando tínhamos margem de liberdade para não cometê-lo. Depois nossa margem de manobra diminuiu. Mas, mesmo assim, poderíamos ter realizado uma política econômica muito mais severa e seletiva no controle das importações. É certo também que nossa política econômica entre agosto de 1979 e novembro de 1980 foi desastrosa, reduzindo muito nossa credibilidade externa.

Mas é certo também que os banqueiros internacionais foram co-responsáveis no nosso processo de endividamento, empurrando-nos seus dólares sobranes de todas as maneiras. O Brasil era, e sob muitos aspectos ainda é, considerado um ótimo risco, dado seu enorme potencial econômico. Por outro lado, é preciso reconhecer que os países centrais têm criado sérias dificuldades ao equilíbrio de nossas contas externas, seja através do protecionismo às suas manufaturas, seja através da elevação da taxa de juros internacional. Sobre o último problema, o governo Mitterrand, no último fim de semana, denunciou a política monetarista dos Estados Unidos, que, provocando a elevação da taxa de juros, “corresponde a um terceiro choque do petróleo”.

Na verdade, os banqueiros internacionais e os países centrais estão tratando-nos a partir de uma posição de força. Chegou a hora de também adotarmos uma posição de força, em vez de nos acovardarmos, como estamos fazendo atualmente. É claro que para fazermos isto não basta uma mudança de atitude de nossas autoridades monetárias. É preciso também que, através do controle seletivo das importações, reequilibremos a nossa balança comercial, mesmo com risco de recessões setoriais. Recessões setoriais, aliás, não necessárias, e muito melhores do que a atual recessão generalizada, que ameaça transformar-se em depressão.

Mas, uma vez alcançado esse objetivo, para o qual é necessário um consenso nacional, deveremos dizer claramente aos banqueiros internacionais que vamos renegociar a nossa dívida. Que não pretendemos pagá-la porque não podemos pagá-la, mas não queremos reescaloná-la, nem pretendemos uma moratória. Que queremos pagar nossas contas em dia e obter ao mesmo tempo novos e maiores créditos, que garantam a continuidade de nossas importações essenciais.

Renegociar a dívida, nesse sentido, significa que pagaremos nossas dívidas nos nossos termos, sem hipotecar nossa soberania: 1) sem aceitar a imposição de uma política recessiva como a atual, que é incompatível com a realidade brasileira; 2) sem sermos obrigados a conceder vantagens excepcionais para investimentos estrangeiros, embora continuando a considerá-los bem-vindos; 3) sem aceitarmos a importação de bens que temos perfeitas condições de produzir internamente apenas para obter alguns créditos suplementares.

Se equilibrarmos nossa balança comercial e obtivermos um consenso nacional sobre o assunto, teremos poder de barganha

e força moral para realizarmos essa renegociação. É bom lembrar que nossa bancarrota representará também a falência do sistema financeiro internacional do qual somos um devedor pesadíssimo. Este não é o nosso único argumento, mas é o nosso grande trunfo. Um trunfo que precisa ser usado com energia e coragem, para que possamos retomar o nosso desenvolvimento e combater a inflação interna com segurança, de acordo com nossos próprios métodos. (16/06)

Contradições empresariais

O presidente da Confederação Nacional da Indústria, sr. Albano Franco, fez na semana última declarações à *Gazeta Mercantil* sobre a política salarial e sobre a intervenção do Estado na economia, que demonstram que os empresários começam a compreender que, para exercer o papel não apenas de classe dominante mas também de classe dirigente, devem partir do Brasil real – subdesenvolvido, industrializado, monopolista, estatal, marcado por profundas desigualdades sociais e hoje mergulhando em uma grave crise econômica – em vez de insistir em velhas teses liberais.

O sr. Albano Franco colocou-se a favor da atual lei salarial e, além disso, defendeu “um certo” controle pelo Estado das taxas de juros e dos preços. Disse que a atual lei salarial não é inflacionária e observou que a atual política de preços e juros livres vem beneficiando apenas as grandes empresas, afirmando: “Para as grandes, é melhor a liberalização; para as pequenas, um certo controle seria a solução”.

Essa posição contrasta com a de outros líderes empresariais. Alguns resolveram recentemente criticar a lei salarial, dando assim apoio à política econômica monetarista e recessionista das autoridades econômicas. É o caso do presidente da Fiesp, que, ao mesmo tempo em que foi, corretamente, alertar o presidente da República contra os altos juros e o desemprego generalizado a que nos estão conduzindo as medidas monetaristas do governo, contraditoriamente criticou a atual lei salarial, a qual, ao sustentar parcialmente a demanda agregada, talvez seja o principal fator (juntamente com os investimentos e subsídios do Estado) a impedir que a atual recessão assumam características ainda mais graves, transformando-se em depressão. Realmente, esta lei salarial é incompatível com uma política econômica recessionista. Mas, se isto é verdade, a solução é mudar a política econômica, não a lei salarial.

Outros empresários e políticos, entre os quais se salienta o sr. Olavo Egídio Setúbal, insistem em atribuir todos os males da sociedade e da economia brasileira à forte participação do Estado na economia. Ignoram, ao assumir esses velhos postulados liberais, que, apesar de todos os erros que os governos autoritários cometeram e que o atual governo, apenas relativamente democrático, vem cometendo na condução dos destinos econômicos do País, o desenvolvimento que conhecemos desde o início dos anos 50 jamais teria sido tão grande sem a participação que houve do Estado. Ignoram também que a crise em que estamos mergulhando atualmente já seria muito mais grave, dada a drástica redução dos investimentos privados, não fosse a manutenção relativa dos investimentos estatais.

Diante desses equívocos e contradições dos representantes da burguesia, seja criticando a lei salarial, que estabelece as bases de uma paulatina e necessária redistribuição de renda neste país, seja transformando maniqueisticamente o Estado no novo demônio, quando ele é simplesmente uma realidade inerente ao estágio atual das sociedades capitalistas monopolistas como a brasileira, foi uma surpresa agradável ouvirmos o presidente da Confederação Nacional da Indústria defender a lei salarial e o controle de preços e juros. Porque, se a atual lei salarial é um caminho para uma melhor redistribuição da renda neste país, o controle de juros e dos preços das grandes empresas é a única forma possível de se vir a controlar a inflação em uma economia altamente oligopolizada e cartelizada como a brasileira. (23/06)

O mais fácil

O grande problema nacional do momento é o desemprego. São 917 mil trabalhadores desempregados apenas nas seis principais regiões metropolitanas do Brasil. E o mais grave é que cerca de 200 mil desses trabalhadores ficaram desempregados nos últimos oito meses. Na verdade, o Brasil atravessa a mais grave recessão da sua história industrial.

Esta situação é, em primeiro lugar, um claro sinal do fracasso do modelo econômico vigente no Brasil – modelo este que, conforme observou Ruy Lopes nesta coluna, recebeu da parte da Igreja, em seu extraordinário e sereno documento “Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política”, uma condenação definitiva. Esse documento é um libelo contra o regime, mas é também uma crítica ao governo, que, diante da recessão que ameaça transformar-se em depressão, permanece paralisado. Incapaz de

formular uma alternativa de política econômica, cujas linhas gerais os economistas da oposição vêm insistentemente sugerindo.

A única coisa que o governo sabe fazer neste momento é continuar em sua política recessiva, cortando seus próprios investimentos e limitando drasticamente a quantidade de moeda. Submete, assim, a economia a um tratamento de choque.

Mas não seria isto uma política ativa, um sinal de que o governo está “corajosamente” impondo à sociedade os sacrifícios que ela até agora se recusou a assumir? Em absoluto, não. A política que está aí é meramente fruto de imposição dos banqueiros internacionais. Assim que ela foi adotada, em novembro último, em seguida à volta do sr. Delfim Netto de mais uma viagem malsucedida a Nova York, os banqueiros voltaram a nos dar crédito, independentemente dos resultados alcançados.

Mas não começaram a aparecer recentemente alguns resultados em termos de queda da taxa de inflação e de equilíbrio da balança comercial? Sem dúvida, mas a um custo totalmente desproporcional aos ganhos obtidos. O aumento brutal no desemprego e a queda vertiginosa na produção industrial absolutamente não compensam os magros ganhos.

Como a economia é fortemente monopolista, só caem relativamente os preços dos setores competitivos, ou seja, da agricultura (que é tão necessário estimular) e da pequena indústria. Espera-nos, portanto, mais uma onda de concentração do capital e de desnacionalização industrial.

Por outro lado, os resultados da recessão na área da balança comercial são necessariamente limitados, já que nosso coeficiente de importações é muito baixo: entre 5 e 6% da renda nacional, excluídas as importações de petróleo; menos de 10%, incluindo o petróleo. É claro que uma recessão teria efeitos maiores sobre a redução das importações se o Brasil não fosse um país-continente e se seu coeficiente de importações fosse muito maior (conforme acontece com a maioria dos países aos quais o FMI recomenda a recessão como medida para reequilibrar a balança comercial). Não bastasse esse, há ainda o fato, bem lembrado por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo recentemente, de que o pouco que ganhamos em redução das importações com a recessão é perdido com a redução dos investimentos estrangeiros. O que ganhamos na balança comercial perdemos na balança de capitais.

É óbvio que uma alternativa à recessão, que é um método grosseiro e indiscriminado de redução das importações, seria o

controle seletivo de importações, que produzisse recessões efetivamente setoriais, apenas nos setores considerados de baixa prioridade e alto coeficiente de importações. Esta, sim, seria uma política econômica ativa, corajosa, que atenderia às necessidades do País. Não parece, entretanto, existir da parte do governo nem coragem nem capacidade para adotar uma política econômica dessa natureza. Por incrível que pareça, o mais fácil é ainda provocar deliberadamente o desemprego. E ser obediente aos banqueiros internacionais. Mas assim, sem mudança de política econômica, continuaremos a nos aprofundar na crise e a nos avizinhamos perigosamente da depressão. (01/09)

Fundo do poço

Não há nenhuma indicação de que a recessão econômica em curso tenha chegado ao “fundo do poço” e de que a recuperação já esteja começando.

O atual processo recessivo começou em dezembro de 1980. No início, governo e empresários negavam que houvesse recessão. Depois apenas o governo passou a negar, enquanto os empresários alternavam sua atitude diante do fato: em certos momentos indignavam-se, preocupados com suas empresas e com o desemprego, e denunciavam a crise; em outros faziam o “jogo do contente” e começavam a afirmar que “o pior já passou”.

Neste último mês o “jogo do contente” predominou nas manifestações empresariais. Diante de sua própria impotência e incapacidade de visualizar e apoiar uma alternativa de política econômica, passaram para o reino do “faz-de-conta”.

Enquanto isso os índices econômicos relativos ao nível de atividade econômica continuam a deteriorar-se implacavelmente. O desemprego aumenta na mesma proporção dos últimos meses. A produção continua em declínio. As vendas no varejo nunca estiveram tão baixas.

De acordo com a mais elementar teoria a respeito da dinâmica do ciclo econômico, sabemos que o movimento descendente só se interromperá quando as empresas ou o Estado voltarem a investir. Se supusermos que o governo não venha a alterar sua política econômica, a economia só voltará a crescer quando a queima de capitais provocada pelo aprofundamento da crise levar a uma redução das taxas de salário e juros que, somada à exclusão do mercado das empresas falidas, crie novas oportunidades de investimento. Salário e juros mais baixos im-

plicariam custos menores e novas oportunidades de lucros e investimentos.

Se não se desejar esperar essa queima de capitais, dados seus elevados custos econômicos e sociais, a única alternativa é o governo mudar sua política econômica.

Ora, as falências ainda não ocorreram. A taxa de juros só tende a aumentar. A taxa de salários mantém-se graças à lei salarial. Nesses termos, não chegamos definitivamente ao fundo do poço.

Por outro lado, o governo, animado com alguns sucessos na política antiinflacionária e principalmente na política de equilíbrio de nossas contas externas, revela pouca tendência a alterar sua orientação monetarista. Inclusive porque as pressões empresariais nesse sentido ainda são muito débeis. Descrentes da viabilidade de uma política econômica alternativa, de caráter administrativo em vez de monetarista, dado o fracasso da tentativa empreendida entre agosto de 1979 e novembro de 1981; recusando-se a aceitar uma maior regulamentação do Estado sobre a economia; cientes de nossa dependência financeira em relação aos banqueiros internacionais, que exigem uma política econômica como a atual; dotados de capacidade para aumentar seus preços mais do que a média da economia, conforme estudos do prof. Yoshiaki Nakano demonstraram (*Folha de S. Paulo*, 20.09.81); e havendo até agora resistido bem financeiramente à crise – os grandes empresários e suas empresas monopolistas limitam-se a propor um certo afrouxamento da política econômica. São incapazes de ver e muito menos de propor uma política econômica diversa.

Não há, portanto, razão para otimismo neste fim de ano. A economia não entrou em uma crise maior porque a lei salarial e os subsídios à agricultura (aquela necessária, estes um contra-senso econômico) vêm sustentando relativamente a demanda agregada. Mas só uma retomada dos investimentos governamentais, acompanhada de uma moderada liberação do crédito, poderá relançar a economia. E isto só será possível realizar conjuntamente com rígidos controles administrativos de importação e preços.

Na verdade há apenas um ponto positivo. O saldo alcançado na balança comercial aumentou nossa margem de manobra em matéria de política econômica diante dos banqueiros internacionais. Essa margem havia sido reduzida a zero no final de 1980. É preciso agora saber se aproveitaremos este fato, em

vez de ficarmos paralisados pelo “jogo do contente” enquanto a economia continua a deteriorar-se. (13/10)

Lei salarial

Os empresários industriais brasileiros estão perdendo seu tempo em discutir e propor a revisão da lei salarial, quando deveriam estar preocupados em combater a política econômica que leva o País à recessão. Na Confederação Nacional da Indústria e na Fiesp, os empresários e seus assessores preparam documentos e discutem modificações na lei.

Felizmente esse tipo de exercício é inócuo. Foi-se o tempo do regime autoritário puro e simples, em que a vontade dos empresários aliados aos tecnocratas era lei. A burguesia continua a ser a classe dominante. Seu poder e sua segurança provavelmente aumentaram desde que começaram a sacudir a tutela autoritária da tecnoburocracia, mas sua forma de dominação deve agora ser mais indireta, mais ideológica, como é normal nas democracias burguesas.

A lei salarial foi aprovada pelo Congresso. Só poderá por ele ser alterada. O Congresso é sem dúvida dominado pela burguesia, mas precisa dos votos dos trabalhadores. Por isso não estará disposto a aceitar medidas frontalmente contrárias aos trabalhadores e que afinal beneficiam muito duvidosamente e a curto prazo a burguesia. Nesses momentos, a dialética da luta de classes refletida no Congresso encarrega-se de suprir a falta de visão dos líderes empresariais e, afinal, de garantir mais a longo prazo os interesses não apenas dos trabalhadores mas também da própria burguesia.

Porque não há dúvida de que esta lei, embora se tenha constituído em uma conquista dos trabalhadores, é também uma lei que, garantindo uma moderada redistribuição de renda e aumentos reais de salários equivalentes ao aumento de produtividade, foi aprovada e promulgada em nome da paz social, que interessa, antes de mais nada, à classe dominante.

É certo que essa lei tem alguns erros. Em primeiro lugar, o método de correção “por picos”, que aumenta os salários nominais na mesma taxa da inflação, embora simples é irracional porque altera perversamente o salário médio real do período: este cresce quando a taxa de inflação diminui e diminui quando a taxa de inflação aumenta.

Em segundo lugar, o conceito de produtividade está mal definido e, além disso, deliberadamente confundido com o poder

de barganha dos trabalhadores, que deve ser discutido separadamente. Para corrigir salários reais não tem o menor sentido medir produtividades setoriais, nesta ou naquela indústria. Isto provocaria distorções salariais absurdas, favorecendo os trabalhadores dos setores tecnologicamente dinâmicos em prejuízo dos trabalhadores dos setores sem dinamismo tecnológico. Também não faz sentido argumentar, como fizeram recentemente os representantes dos trabalhadores, que a produtividade aumentou no último ano apesar e graças ao desemprego. Não é esta a produtividade que interessa no caso. A única taxa de produtividade que faz sentido para correção dos salários reais, porque é aquela que aumenta os salários reais sem reduzir a taxa média de lucro do sistema nem provocar ainda mais desemprego, é a taxa anual de crescimento da renda por habitante.

Em nenhum desses dois erros incorria a fórmula do professor Mário Henrique Simonsen, especialmente depois que ele a corrigiu quando ministro. Mas esses pequenos erros não justificam a inútil campanha de alguns empresários, não contra os erros mas contra as próprias bases da lei: o adicional de 10% e o seu caráter redistributivo. Na verdade, a lei é um dos únicos fatores de resistência contra a política econômica recessiva do governo, na medida em que sustenta a demanda agregada. Por isso ela é incompatível com a recessão, com o desemprego. E se assim é, muito mais razoável para os empresários industriais, em vez de combater uma boa lei, é afinal dar o basta à política recessiva do governo. (03/11)

As soluções existem

Não há razão para sermos pessimistas quanto às perspectivas da sociedade brasileira. As soluções existem e estão sendo amadurecidas no bojo da própria crise em que vivemos. Essas soluções, entretanto, só se efetivarão na medida em que as eleições de 1982 garantam legitimidade ao novo governo e às políticas econômicas e sociais que então começarão a se definir.

A crise política brasileira é uma crise de legitimidade e de poder: a sociedade civil não se sente representada no governo militar (tecnoburocrático) e deixou de lhe delegar poder. A crise econômica, por sua vez, é uma crise de reestruturação: os desequilíbrios do modelo de subdesenvolvimento industrializado, orientado para a concentração de renda e o consumo de bens de luxo, desembocaram em uma crise de balanço de pagamentos, que a elevação dos preços do petróleo em 1973 aprofundou dra-

maticamente. As duas crises estão interligadas, sendo que a solução da crise econômica depende não apenas da maturação de transformações estruturais, que a dinâmica do capitalismo acaba engendrando, mas também da renovação do poder político brasileiro em níveis de maior legitimidade.

A crise econômica, uma vez desencadeada, assume sempre no capitalismo tecnoburocrático (ou de Estado) contemporâneo o caráter de uma crise distributiva: diante da desaceleração das taxas de crescimento da produção, agravada no presente caso pelo empobrecimento absoluto representado pela elevação dos preços do petróleo importado, a luta ao nível do Estado pela distribuição do excedente assim relativamente reduzido torna-se dramática. O aumento do processo de endividamento externo e interno (inflação compensatória) pode adiar ou reduzir a desaceleração econômica e o conflito distributivo, mas implica que a renda se torne provisoriamente maior do que a produção, agravando a crise seguinte. Desta forma, temos um processo em que a crise engendra a própria crise, na medida em que ninguém quer pagar seus custos.

A solução para esse tipo de crise distributiva nos anos 40 e 50 foi impor o pagamento da conta aos trabalhadores e ao setor exportador agrário mercantil (café, principalmente). Nos anos 60 e 70, esgotada a potencialidade do confisco cambial, os trabalhadores foram as vítimas exclusivas. Mas desde meados dos anos 70 também os trabalhadores, com seu poder aumentado, recusam muito compreensivelmente o sacrifício. Daí o impasse.

A atual política econômica recessiva determinada pelos banqueiros internacionais foi uma forma de solução do problema que teria a vantagem política de indiscriminadamente atingir trabalhadores, classe média tecnoburocrática e burguesia. Mas além de ser falacioso esse caráter indiscriminado do ponto de vista distributivo da política econômica recessiva, já que os monopólios são muito menos atingidos, ela é também ineficiente. Ao atingir, por exemplo, tanto empresas com alto coeficiente de importação quanto empresas que pouco ou nada importam, essa política econômica conduz a um processo de reestruturação da economia extremamente custoso. O custo pode ser tão grande, não apenas do ponto de vista social mas também do econômico, que a reestruturação econômica afinal se frustrar. Na verdade, a política econômica ortodoxa, recessiva, é um remédio bárbaro, semelhante à sangria da medicina antiga, que debilitava, se não matava, o doente ao invés de curá-lo.

A saída da crise econômica está obviamente em uma reestruturação econômica, que permita ao País importar menos e exportar mais. Importar menos significa reduzir o consumo de luxo mais do que substituir importações, já que há pouco a ser substituído com vantagens econômicas reais; significa antes reduzir a produção e a utilização de automóveis, de televisores em cor, de aparelhos de alta-fidelidade, de turismo aéreo do que aumentar a produção de álcool, já que esta é ainda muito mais cara do que a importação de petróleo.

Exportar mais, por sua vez, significa não apenas estimular a exportação agrícola mas principalmente a de manufaturados. E, entre estes, estimular a produção e a exportação de manufaturados trabalho-intensivos mas tecnologicamente sofisticados. Existe uma idéia absolutamente injustificável de identificar os capital-intensivos com os setores tecnologicamente sofisticados e os setores trabalho-intensivos com os de baixa tecnologia. A indústria eletrônica, por exemplo, é um desmentido desse tipo de correlação simplista.

Nossa vantagem comparativa na produção de bens trabalho-intensivos e de alta tecnologia não está apenas em dispormos de mão-de-obra barata. Está também no fato pouco conhecido de que dispomos de um corpo de engenheiros e de administradores e de um quadro institucional de empresas e de organismos de pesquisa tecnológica que nos permitem absorver e em seguida criar tecnologia altamente sofisticada.

Uma política industrial inovadora no Brasil deverá privilegiar esse tipo de indústria, garantindo-lhe vantagens de todos os tipos. Mas, em compensação, deverá exigir que a nova indústria exporte tanto quanto produza para o mercado interno. Foi-se o tempo em que o Brasil era um país primário-exportador substituidor de importações. O Brasil já é um país principalmente exportador de manufaturados, e qualquer política de estímulo a determinados setores industriais deve partir desse fato e garantir que nossas exportações cresçam ainda mais.

Mas está claro que esta reestruturação econômica não poderá ser feita nem contando-se apenas com as forças do mercado nem sem sacrifícios.

A oposição, que se prepara para assumir o poder em 1982 nos principais Estados e em 1984 no plano federal, deve ter muito claros para si estes fatos. Sua maior legitimidade política lhe permitirá governar com muito maior efetividade. Mas para isto será necessário não apenas a imaginação que permita en-

contrar soluções novas mas também aceitar a idéia de que será necessário realizar sacrifícios.

No Brasil temos a tendência a comer o bolo e ao mesmo tempo querer guardá-lo. Isto é rigorosamente impossível enquanto a economia brasileira não voltar a crescer de forma sábia, sem endividamento. A reestruturação da economia só é viável com um governo legítimo, que tenha a coragem não apenas de pensar de forma inovadora mas também de impor sacrifícios.

Estes sacrifícios terão, naturalmente, de ser impostos de maneira seletiva. Não basta dizer o óbvio: que os capitalistas deverão pagar mais do que os trabalhadores. É preciso distinguir os capitalistas entre os rentistas e especuladores, de um lado, e os empresários, de outro, e fazer os primeiros pagar mais do que os últimos, caso contrário os investimentos estancarão. Entre os empresários, é preciso distinguir os que produzem bens e serviços de luxo e penalizá-los, ao mesmo tempo que se favorecem os setores produtores de manufaturas exportadas, principalmente se forem tecnologicamente sofisticadas e valorizarem o trabalho nacional.

O PMDB tem condições particularmente favoráveis para realizar uma política dessa natureza, na medida em que não é um partido puramente burguês, como o PP e o PDS, nem um partido basicamente operário, como o PT. O PMDB realiza uma síntese contraditória mas, ao que tudo indica, operacional de tendências burguesas liberais e socialistas democráticas. Imune aos radicalismos e profundamente avesso a qualquer tipo de autoritarismo, o principal partido da oposição tem as condições essenciais para, através da vitória nas urnas em 1982 e da conquista da Presidência da República em 1984, encaminhar conjuntamente com os demais partidos a solução da crise econômica em que vivemos.

É claro que para isso não existem fórmulas mágicas. E, mesmo depois da possível, se não provável, vitória, um largo caminho terá de ser percorrido. A crise distributiva estará presente estabelecendo os limites políticos para a solução dos problemas econômicos. A legitimidade do novo governo será seu grande trunfo na medida em que será preciso enfrentar a crise distributiva e impor os sacrifícios necessários até que a economia volte a crescer.

É cedo, entretanto, para nos preocuparmos excessivamente com esses problemas. Por enquanto basta termos consciência

deles e certeza de que saberemos resolvê-los. Porque o problema imediato é a unidade das oposições e a vitória nas eleições de 1982. E para isso ainda há muito a fazer. (25/11)

O círculo vicioso da economia em 1981

A economia brasileira encontra-se presa a um círculo vicioso que a recessão de 1981, em vez de quebrar, provavelmente só agravou. Neste ano tivemos a maior recessão da história industrial deste país. Seria de esperar que, para compensar a queda na produção e os altos níveis de desemprego, tivéssemos o clássico processo de purgamento da economia, de forma que esta pudesse novamente voltar a crescer e orientar-se para o pleno emprego. Nada indica, entretanto, que isso tenha acontecido. A taxa de inflação, sem dúvida, declinou e houve uma ligeira queda nas importações, permitindo um saldo na balança comercial. Mas esses dois resultados positivos não foram suficientes para quebrar o círculo vicioso básico da economia brasileira.

Esse círculo vicioso tem como uma de suas origens o déficit do orçamento global (fiscal e monetário) do Estado. Esse déficit é financiado, de um lado, por emissões que mantêm elevada a taxa de inflação e, de outro, pelo aumento da dívida pública, que mantêm elevadas as taxas de juros. Estas elevadíssimas taxas, por sua vez, implicam transferência do excedente para o capital bancário e para os rentistas, tornando inviável a retomada dos investimentos produtivos. A economia tende, assim, a manter-se em "recessão crônica", definido este fenômeno por baixas taxas de crescimento, baixas taxas de lucros no setor produtivo (altas no especulativo) e pela manutenção do desemprego em níveis altos mas estabilizados. Para contrabalançar parcialmente essa situação o Estado é levado a procurar sustentar compensatoriamente a taxa de lucro de alguns setores através de subsídios, realimentando o déficit orçamentário. O círculo se fecha.

A outra origem do círculo vicioso é o endividamento externo, que, na ausência de controles quantitativos e seletivos de importação efetivos e de uma política industrial de exportação compatível com nossos recursos, impõe a redução a longo prazo na taxa de crescimento e também a manutenção do desemprego.

Se tivéssemos em 1979 e 1980 sabido assegurar mais autonomia à nossa política econômica, não teríamos sido obrigados

em 1981 a realizar uma política econômica ortodoxa ditada pelos banqueiros internacionais, que, afinal, retardou nosso crescimento, acumulou desemprego e não resolveu esse círculo vicioso básico. Não cabe, entretanto, discutir aqui a política econômica administrativa alternativa que poderia ter sido realizada em lugar da recessão generalizada, se o governo tivesse conseguido manter maior autonomia externa e maior legitimidade interna.

Cabe, entretanto, assinalar, especialmente agora que o governo, através da aprovação do orçamento monetário para 1982, revela a clara disposição de afinal afrouxar os controles monetários da economia, que essa política recessiva praticada até aqui foi mal conduzida porque provocou a recessão sem sequer encaminhar o problema do desequilíbrio orçamentário global do Estado.

Isto aconteceu porque o governo, uma vez tendo optado pela recessão, escolheu o caminho politicamente mais fácil: a recessão monetária em vez da recessão fiscal. Conforme observou apropriadamente Mário Henrique Simonsen, a grande diferença entre a recessão de 1965 e a de 1981 está no fato de que a primeira foi causada por medidas de ordem fiscal (aumento de carga tributária e diminuição de despesas do Estado), enquanto a segunda foi provocada por uma violenta e indiscriminada contenção monetária.

Em consequência, a recessão de 1965, orientada pelo ministro Octavio Gouvêa de Bulhões, quebrou o círculo vicioso originado no déficit fiscal, enquanto a recessão de 1981 manteve esse déficit praticamente intocado. Ficamos agora apenas com o prejuízo da recessão, sem seus benefícios. Por isso, a anunciada retomada da economia de 1982 será necessariamente modesta, não resolvendo o problema do desemprego. Continuaremos presos ao círculo vicioso que a política econômica atual perpetua.
(29/12)